

## **ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.**

### **CONCURSO PÚBLICO**

#### **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE LABORATÓRIO – CROMATÓGRAFO GASOSO ACOPLADO A DETETOR DE ESPECTROMETRIA DE MASSA, EM MODO SEQUENCIAL (GC- MS/MS)**

(Ref.<sup>a</sup> LAB.CP-LAB-03/2025)

## **PROGRAMA DO CONCURSO**

**Janeiro 2025**

## ÍNDICE

Artigo 1.º	Objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º	Entidade Adjudicante .....	3
Artigo 3.º	Órgão que Tomou a Decisão de Contratar .....	3
Artigo 4.º	Plataforma Eletrónica.....	4
Artigo 5.º	Esclarecimentos e Erros e Omissões das Peças Procedimentais .....	4
Artigo 6.º	Documentos que constituem as propostas .....	4
Artigo 7.º	Apresentação de propostas variantes .....	6
Artigo 8.º	Prazo para apresentação das propostas .....	6
Artigo 9.º	Modo de apresentação das propostas .....	6
Artigo 10.º	Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	7
Artigo 11.º	Fase de negociação.....	7
Artigo 12.º	Critério de adjudicação e de desempate.....	7
Artigo 13.º	Relatório Preliminar .....	8
Artigo 14.º	Relatório Final .....	9
<b>SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO</b>		<b>9</b>
Artigo 15.º	Adjudicação .....	9
Artigo 16.º	Causas de Não Adjudicação .....	10
Artigo 17.º	Documentos de Habilitação .....	10
Artigo 18.º	Caducidade da Adjudicação .....	11
Artigo 19.º	Caução.....	12
Artigo 20.º	Minuta do Contrato .....	12
Artigo 21.º	Celebração do Contrato .....	12
<b>SECÇÃO V DISPOSIÇÕES FINAIS</b>		<b>13</b>
Artigo 22.º	Despesas e Encargos.....	13
Artigo 23.º	Dados Pessoais .....	13
Artigo 24.º	Legislação Aplicável .....	14
ANEXO I Modelo de Declaração do Concorrente.....		15
ANEXO II Proposta de Preço.....		17
ANEXO III Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores .....		18
ANEXO IV Modelo de Avaliação das Propostas .....		20
ANEXO V Modelo de Declaração do Adjudicatário .....		23
ANEXO VI Modelo de Acordo-Promessa de Constituição .....		24

## **Águas do Algarve, S.A.**

### **Concurso público para a celebração de contrato Aquisição de Equipamento – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espetrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto do concurso**

1. O presente Programa do Concurso define os termos a que obedece a fase pré-contratual para a celebração do contrato da aquisição de bens denominada “*Aquisição de Equipamento – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espetrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)*” nos termos definidos no Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem.
2. O local onde será entregue e instalado o equipamento contemplado na Aquisição de Bens encontra-se definido na Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos.
3. Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

##### **➤ Objeto Principal:**

- Código CPV: **38432210-7 - Cromatógrafos de fase gasosa**

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade Adjudicante**

O presente Concurso Público é promovido pela **Águas do Algarve, S.A.**, adiante designada por **AdA, S.A.**, na qualidade de Entidade Adjudicante, sita na Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento:

- Telefone: +351 289 899 070;
- Correio Eletrónico: [geral.ada@adp.pt](mailto:geral.ada@adp.pt);

#### **Artigo 3.º**

##### **Órgão que Tomou a Decisão de Contratar**

A decisão de contratar foi tomada em 29 de janeiro de 2025 por deliberação da Comissão Executiva da AdA, S.A., n.º 04/2025, como consta do ponto 7.10 da respetiva ata e no uso dos poderes que lhe foram conferidos pelo Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., nas suas deliberações constantes da Ata de Reunião n.º 4 de 16 de março de 2021, ponto 2.1 – “*Criação de Comissão Executiva e Delegação de Competências*”.

#### **Artigo 4.º**

##### **Plataforma Eletrónica**

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> e [www.aguasdoalgarve.pt](http://www.aguasdoalgarve.pt), desde o dia da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.

#### **Artigo 5.º**

##### **Esclarecimentos e Erros e Omissões das Peças Procedimentais**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do termo do primeiro terço do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas;
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do dia indicar termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.

#### **Artigo 6.º**

##### **Documentos que constituem as propostas**

- I. As propostas devem ser instruídas pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** do presente Programa do Concurso, em consonância com o anexo I do CCP;
  - b) Proposta de preços detalhada com os valores parciais, e total, que constituem o Equipamento de Cromatografia, e acessórios, a adquirir, em conformidade com o detalhado no Anexo I do Caderno de Encargos, nomeadamente:
    - Equipamento: Cromatógrafo Gasoso (GC);
    - Detetor de Espectrometria de Massa em modo Sequencial;
    - Amostrador Automático;
    - Acessórios para instalação do Sistema
    - Centrífuga e respetivo kit de tubos
    - Sistema informático completo (incluindo software e licenças)

- Contrato manutenção do equipamento e acessórios;
  - Eventuais custos de transporte e instalação;
  - Eventuais custos com Formação para os utilizadores;
  - kit de consumíveis, para implementação de métodos;
- c) Proposta de preço, elaborada nos termos da minuta que constitui o **ANEXO II** do presente Programa do Concurso;
- d) Memória descritiva, com apresentação do modo de organização do Adjudicatário relativamente a:
- i) Entrega e instalação dos equipamentos a fornecer;
  - ii) Previsão/proposta de tempos para implementação e acompanhamento na validação dos respetivos métodos analíticos descritos no Anexo I;
  - iii) Previsão/proposta de tempos e metodologia para formação teórico-prática nas instalações da AdA;
  - iv) Planos de Manutenção preventiva e corretiva, pedidos de intervenção e prazos de resposta em caso de avaria;
- e) Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, elaborada de acordo com a minuta constante no **ANEXO III** do presente Programa do Concurso;
- f) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor.
- g) Integram igualmente a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b), do n.º I, do artigo 57.º, do CCP.
2. Os documentos que instruem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção de documentos de apoio, que podem ser apresentados em inglês ou castelhano.
3. Caso o concorrente se organize sob forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade de *[consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho OU agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto]*, conforme modelo apresentado no **ANEXO VI** deste Programa de Concurso;
4. Caso o concorrente, se organize sob forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do

representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

### **Artigo 7.º**

#### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

### **Artigo 8.º**

#### **Prazo para apresentação das propostas**

As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no artigo 4.º do presente Programa do Concurso, até às **18h 00m 00s** horas do **10.º (décimo) dia**, a contar da data do envio para publicação do anúncio previsto no artigo 130.º do CCP.

### **Artigo 9.º**

#### **Modo de apresentação das propostas**

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso da Proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

## **Artigo 10.º**

### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 90 (*noventa*) dias.

## **Artigo 11.º**

### **Fase de negociação**

As propostas não serão objeto de negociação.

## **Artigo 12.º**

### **Critério de adjudicação e de desempate**

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **ANEXO IV** do presente Programa, atendendo aos seguintes fatores e respetivas ponderações:

Fatores		Coefficientes de Ponderação
A.	Preço Global	60%
B.	Qualidade Técnica da Proposta/ Serviço de assistência técnica pós-venda	40%

2. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até à 9.<sup>a</sup> (nona) casa decimal, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios sucessivos:
  - a) Se da aplicação do critério definido no presente número a situação de empate se verificar, será considerada para efeitos de adjudicação a proposta que obtiver melhor pontuação na avaliação do fator “Preço Global “
  - b) Se da aplicação do critério definido na alínea anterior a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta com melhor classificação no fator “Qualidade Técnica da Proposta/ Serviço de assistência técnica pós-venda”;

- a) Se, da aplicação do critério definido nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

### **Artigo 13.º**

#### **Relatório Preliminar**

1. Após a análise das propostas, o Júri elabora fundamentadamente um Relatório Preliminar de Análise e Avaliação de Propostas (RPAAP) sobre o mérito das propostas, ordenando-as classificativamente de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. O júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontram nas situações previstas no artigo 146.º do CCP, entre as quais as:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
  - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Concurso;
  - d) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
  - e) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
  - f) Que sejam apresentadas como variantes;
  - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
  - h) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações;
  - i) Cujo preço ultrapasse o respetivo preço base estipulado no Caderno de Encargos.
3. O Relatório Preliminar de Análise e Avaliação de Propostas é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de **5 (cinco) dias**, de acordo com o previsto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.



### **Artigo 14.º**

#### **Relatório Final**

1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar de análise e avaliação de propostas, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo anterior.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 3 do artigo anterior.

### **SECÇÃO IV**

#### **ADJUDICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

### **Artigo 15.º**

#### **Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é adotada pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar.
2. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
  - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 17.º do presente Programa do Concurso;
  - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
  - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os eventuais compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.
5. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre uma proposta apresentada por um agrupamento de concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

## **Artigo 16.º**

### **Causas de Não Adjudicação**

- I. Não há lugar a adjudicação quando:
  - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
  - b) Todas as propostas apresentadas tenham sido excluídas;
  - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento, após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
  - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, são notificados a todos os concorrentes.

## **Artigo 17.º**

### **Documentos de Habilitação**

- I. No prazo de **5 (cinco) dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no n.º 2 do artigo 4.º do presente Programa de Concurso, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO V** ao presente Programa do Procedimento;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, nomeadamente:
    - i. Certificado do registo criminal do Adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
    - ii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
    - iii. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

2. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
3. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do número I devem ser apresentados por todos os seus membros.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos é de **5 (cinco) dias** úteis a contar da notificação para o efeito.

## **Artigo 18.º**

### **Caducidade da Adjudicação**

- I. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
  - a) No prazo fixado no n.º I do artigo 17.º do presente Programa de Procedimento, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
  - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

2. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até **5 (cinco) dias**, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

### **Artigo 19.º**

#### **Caução**

Não é exigida a prestação de caução por parte do adjudicatário.

### **Artigo 20.º**

#### **Minuta do Contrato**

1. O Órgão Competente para a Decisão de Contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta de Contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao Adjudicatário, assinalando expressamente os eventuais ajustamentos propostos, para aprovação juntamente com a notificação da decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. Os ajustamentos que sejam aceites pelo Adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

### **Artigo 21.º**

#### **Celebração do Contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.

3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

## **SECÇÃO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Artigo 22.º**

##### **Despesas e Encargos**

São encargos dos Concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas e do adjudicatário a prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do Contrato.

#### **Artigo 23.º**

##### **Dados Pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.ada@adp.pt](mailto:dpo.ada@adp.pt) ou da morada Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.

## **Artigo 24.º**

### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa do Concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente a demais legislação complementar portuguesa aplicável.

## **ANEXO I**

### **Modelo de Declaração do Concorrente**

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º)

I - ...*(nome, número de documento de identificação e morada)*, na qualidade de representante legal de (1) ... *(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes)*, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao contrato a celebrar na sequência do Concurso Público para **“Aquisição de equipamento – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espectrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Proposta de Preço

(a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 6.º)

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do anúncio relativo ao concurso público para a celebração de contrato de **“Aquisição de equipamento – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espectrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)”** promovido pela Águas do Algarve, S.A., a que se refere o anúncio datado de [•] [data de publicação do anúncio em Diário da República], declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelo preço global de \_\_\_\_\_ EUR (em algarismos e por extenso), para o prazo de vigência de 5 (cinco) anos.

À(s) quantia(s) supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A.. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação Portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

*Local e data*

*Assinatura (nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)*

### **ANEXO III**

#### **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores**

(a que se refere a alínea e) do n.º I do artigo 6.º)

..... [identificação da firma ou do agrupamento], com sede em ..... [morada],  
contribuinte n.º....., representada por ..... [cargo e nome], assume o  
compromisso de cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta para Fornecedores (COD.3), declarando  
que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, não interferindo no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do seu sistema de responsabilidade empresarial, junto da (empresa);
- k) “Não Prejudicar Significativamente”, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050
- l) Promove as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no n.º j);

- m)** Informa a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento, no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- n)** Informa os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Localidade), (dia) de (mês) de (ano)

---

Assinatura(s)

## ANEXO IV

### Modelo de Avaliação das Propostas

(a que se refere o n.º I do artigo 12.º do Programa do Concurso)

#### 1. Metodologia Geral

De acordo com o n.º I do artigo 12.º do presente Programa de Procedimento, o critério de adjudicação da presente Aquisição de Bens é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, atendendo-se aos seguintes fatores e respetivas ponderações:

Fatores		Coefficientes de Ponderação
A.	Preço Global	60%
B.	Qualidade Técnica da Proposta/Serviço de assistência técnica pós-venda	40%

A classificação final de cada proposta, resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada fator, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

#### 2. Metodologia para avaliação do fator “Preço Global”

Ao fator de avaliação “A. Preço Global” será atribuída uma pontuação de valor igual ou menor que 10. A classificação, neste fator, é atribuída pela aplicação da seguinte expressão:

Para  $0 < V_i \leq 190.000,00 \text{ EUR}$

$$P_{vi} = 10 - (4,0386107341) \times 10^{-(26)} \times (vi)^5$$

em que  $P_{vi}$  é a pontuação e  $vi$  é o valor da proposta.

#### 3. Metodologia para avaliação do fator “Qualidade Técnica da Proposta/Serviço de assistência técnica pós-venda”

A avaliação do fator qualitativo B. “Qualidade Técnica da Proposta/Serviço de assistência técnica pós-venda” será determinada pela análise dos documentos solicitado nas alíneas b) e d) do n.º I do artigo 6.º do Programa do Concurso, mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela seguinte:

<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação</b>
Proposta de <b> muito boa qualidade</b> e com um <b>nível excelente de serviços e de detalhe dos equipamentos especificados</b> no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	10
Proposta de <b>boa qualidade</b> e com um <b>bom nível de serviços e de detalhe dos equipamentos especificados</b> no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	8
Proposta de <b>qualidade satisfatória</b> e com um <b>nível aceitável de serviços e de detalhe dos equipamentos especificados</b> no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	6
Proposta de <b>qualidade fraca</b> e com um <b>nível mediano de serviços e de detalhe dos equipamentos especificados</b> no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	4
Proposta de <b>muito fraca qualidade</b> que <b>não satisfaz</b> o especificado no Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	2
Proposta de <b>sem qualidade</b> , não evidenciando qualquer garantia de satisfazer o Caderno de Encargos, relativamente aos aspetos do fator em apreciação	0

#### **4. Critérios de desempate**

Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até à 9.<sup>a</sup> (nona) casa decimal, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios sucessivos:

- i. Se da aplicação do critério definido no presente número a situação de empate se verificar, será considerada para efeitos de adjudicação a proposta que obtiver melhor pontuação na avaliação do fator “Preço Global “

- ii. Se da aplicação do critério definido na alínea anterior a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta com melhor classificação no fator “Qualidade Técnica da Proposta/ Serviço de assistência técnica pós-venda”;
- iii. Se, da aplicação do critério definido nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, o desempate será feito por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.

## ANEXO V

### Modelo de Declaração do Adjudicatário

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 17.º)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ( <sup>1</sup> )... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), Adjudicatário(a) do procedimento de concurso público para a **“Aquisição de equipamento – Cromatógrafo Gasoso acoplado a detetor de Espectrometria de Massa, em modo Sequencial (GC-MS/MS)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ( <sup>2</sup> ) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ( <sup>3</sup> )] os documentos comprovativos de que a sua representada ( <sup>4</sup> ) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ( <sup>5</sup> )].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(<sup>4</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>5</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## **ANEXO VI**

### **Modelo de Acordo-Promessa de Constituição**

(a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º)

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento] após ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a aquisição de serviços de [•] [identificação do procedimento a que concorre], e nos termos do n.º 13 do artigo 8.º do Programa de Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em \_\_\_\_\_  
[indicar a figura jurídica adotada] (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

\_\_\_\_\_

As empresas associadas declaram que a empresa..... representará a associação perante a Águas do Algarve, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para ..... [indicar endereço de email e telefone].

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante, responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviço caso seja este o Adjudicatário) (b)

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Águas do Algarve a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Procedimento.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura (c) \_\_\_\_\_

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: \_\_\_\_\_” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.